

Direito e Cidadania Ativa: Curso sobre Cidadania e Direitos Humanos para os Professores de Lauro de Freitas

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

Este projeto tem como objetivo principal suscitar o debate e o amadurecimento de uma postura de cidadão ativo na comunidade de Lauro de Freitas, através de uma troca de conhecimentos e saberes entre essa comunidade e os alunos do curso de Direito da Faculdade Baiana de Ciências. O Subprojeto Curso de Extensão sobre Cidadania, Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente para a Secretaria Municipal de Educação tem o objetivo de estabelecer um debate com os diretores e professores das escolas municipais, para contribuir para sua capacitação no debate e exercício da cidadania, dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os resultados obtidos durante os trabalhos foram bastante satisfatórios, pois os professores do município estão sendo beneficiados. Os professores participantes do projeto têm cursos, estimulando-os a trabalhar em sala de aula, com seus alunos, os Direitos e Deveres necessários ao exercício da cidadania crítica, responsável e engajada.

Autores

Penildon Silva Filho – Professor, Mestre em Educação
Dalmo Radamés Santos Lopes - Estudante de Direito

Instituição

Faculdade Baiana de Ciências - FABAC

Palavras-chave: cidadania; direitos humanos; capacitação.

Introdução e objetivo

O projeto Direito e Cidadania Ativa tem como objetivo suscitar o debate e o amadurecimento de uma postura de cidadão ativo em comunidades em Lauro de Freitas, através de uma troca de conhecimentos e saberes entre essas comunidades e os alunos do curso de Direito da Faculdade Baiana de Ciências. Esse projeto está em andamento desde março de 2003, tendo estabelecido relações institucionais com a Prefeitura de Lauro de Freitas, Associação de Moradores de Nova Itinga e Santa Bárbara, no bairro de Itinga, com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores de Lauro de Freitas.

Entendemos que os alunos do Curso de Direito poderiam ter dois tipos de trabalho nas comunidades: o trabalho de assistência e o trabalho de assessoria. Ambos importantes e pertinentes numa sociedade que está construindo os instrumentos e uma cultura de democracia. Mas fizemos a opção da assessoria por entendermos que a sua capacidade de formação de multiplicadores terá um efeito em longo prazo.

A assistência se debruça sobre a necessidade premente da solução dos problemas individuais de acesso à justiça, trabalho auxiliar à importante função da Defensoria Pública, que deve ser sempre expandida, continuamente, uma vez que a nossa sociedade ainda precisa democratizar mais o acesso à justiça. A assessoria se identifica com o objetivo de permitir o acesso de indivíduos aos conhecimentos jurídicos que lhes permitam a efetivação de seus direitos, tanto individuais quanto coletivos e difusos.

Trata-se de um trabalho jurídico pedagógico em que os alunos da FABAC, sob a orientação de seu corpo docente, estão em contato com a população de Lauro de Freitas, não somente prevendo uma solução episódica de algum problema, mas para a formação de uma cultura de cidadania ativa, de conhecimento de seus direitos, das potencialidades que o estado de Direito lhes reserva para a busca desses direitos.

Esse diálogo será importantíssimo por outro lado para que o aluno faça a confrontação do conhecimento adquirido na sala de aula com a realidade social e para a percepção das condições concretas de realização dos direitos previstos no texto constitucional. A formação do advogado, assim como dos demais profissionais, não se restringe à formação do técnico, mas do profissional crítico, com conhecimento sócio-político, como fica claro na resolução sobre os cursos de direito, que é a portaria n.1886, 30 dez.1994, do Ministério de Educação:

O curso jurídico desenvolverá atividades de ensino, pesquisa e extensão, interligadas e obrigatórias, segundo programação e distribuição aprovadas pela própria instituição de ensino superior, de forma a atender às necessidades de formação fundamental, sócio-política, técnico-jurídica e prática do bacharel em direito. (Art.3º).

Afirmamos então a importância desse trabalho não somente para as comunidades, em processo de construção de sua cidadania ativa e conquista de seus direitos, mas para o próprio curso de direito, pois a extensão é uma via de mão dupla, uma “convivência” entre Universidade e Sociedade, e não uma mera transmissão de conhecimentos de um pólo para outro, do pólo ilustre para o pólo ignorante.

E dentro dessa dinâmica, o aluno é também elemento pró-ativo e autônomo, não se restringe à execução de um receituário pré-estabelecido. O aluno nas pedagogias modernas está sendo estimulado não mais a acondicionar conhecimentos prévios e estanques, mas a criar e recriar o conhecimento através do trabalho de resolver problemas, ou seja, através da pedagogia de projetos, quando se acionam os conhecimentos e habilidades que ele já detém. Ao mesmo tempo, na tarefa de resolver problemas e realizar projetos, ele desenvolve outros conhecimentos.

No ano de 2003, além dos trabalhos de extensão realizados na comunidade de Itinga, com o estabelecimento de núcleos temáticos para, juntamente com a comunidade, intervir em demandas concretas da população, realizamos palestras nas escolas públicas municipais de Lauro de Freitas. A rede municipal de educação de Lauro de Freitas atende a mais de 24 mil alunos, é composta de 52 escolas e conta com 1.100 professores no total, 400 destes sendo professores da 5ª a 8ª série. As palestras, entretanto, foram dirigidas aos alunos das sétimas e oitavas séries, por entendermos conjuntamente com a Secretaria de Educação que seria este um público mais preparado para participar do debate sobre a temática escolhida. Os alunos da FABAC foram os responsáveis pelas palestras e a temática escolhida foi O Estatuto da Criança e do adolescente.

No ano de 2004, em entendimentos com a Secretaria de Educação Municipal, mais diretamente com a Diretoria Pedagógica, percebemos a demanda por um trabalho de formação e capacitação não somente com os alunos, mas também com os professores da rede municipal de ensino e com os diretores das escolas, especificamente com a temática de Cidadania, Direitos Humanos e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Objetivos do projeto: o projeto tem o interesse de dar seguimento à relação estabelecida anteriormente, em 2003, com a Secretaria de Educação de Lauro de Freitas, aprofundando-a e sedimentando a parceria para encaminhamentos futuros também.

As palestras para os alunos da rede municipal de ensino, mais especificamente os alunos de sétima e oitavas séries, devem continuar com a participação dos alunos de Direito como palestrantes e mediadores de debates nas escolas. Essas palestras serão monitoradas pela Diretoria Pedagógica da Secretaria de Educação do Município, que muito tem se

esforço para contribuir e capacitar nossos alunos a compreender as características e a dinâmica das escolas municipais, municiando-os de informações e orientações.

O Subcurso sobre Cidadania e Direitos Humanos para os professores de Lauro de Freitas tem o objetivo de estabelecer um debate com os diretores e professores das escolas municipais para contribuir para sua capacitação no debate e exercício da cidadania, dos direitos humanos e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), essenciais para a implementação efetiva dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e para os programas da Secretaria de Inclusão do MEC que estão sendo implementados pela Secretaria de Educação.

Essa contribuição para a formação dos professores e diretores de escolas municipais poderá reforçar o sentido de solidariedade e coesão sociais e de reciprocidade que norteiam a cidadania moderna, como conjunto de direitos de primeira, segunda e terceiras gerações e de obrigações do indivíduo para com a sociedade, estimulando a sua participação ativa e crítica e o fortalecimento das instituições democráticas no local. Esse sentido de cidadania deve se contrapor à cultura do clientelismo, do patrimonialismo e das relações de dependência e de servilismo que impedem a tomada de consciência dos alunos e de seus pais de seus direitos e obrigações sociais e sua participação efetiva na sociedade.

O conhecimento mais detalhado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) permitirá a utilização desse recurso para assegurar os direitos das crianças e adolescentes nas escolas municipais e o correto encaminhamento e solução de conflitos que envolvam os menores, sem negar seus direitos, mas sem desconhecer os mecanismos de ordenamento social, essenciais para o convívio pacífico e solidário na escola e na comunidade usuária desse serviço público.

É de fundamental importância enfatizar que a capacitação dos professores da rede municipal de educação acerca das temáticas: ECA, Cidadania e Direitos Humanos. Auxiliam ainda mais no eminente interesse de se conscientizar os educadores, como um excelente veículo de transmissão deste saber, afetando a sua relação com os educandos, que por sua vez vão se beneficiar tanto das palestras dadas pelo alunado do curso de Direito da FABAC, quanto em doses homeopáticas que serão ministradas por seus professores, no cotidiano das aulas.

Tendo em vista o exposto acima, compreendemos que o nosso objetivo consiste na mudança do perfil de conduta cultural e social dos professores da rede municipal de ensino. Percebemos que não será através de atuação episódica e pontual que conseguiremos transformar essa postura, ou esse habitus, que segundo Bourdieu, seria “um conjunto de disposições permanentes que orientam os indivíduos a compreender a realidade e a se posicionar e agir nessa realidade”. Entretanto, através de um curso com o estabelecimento de um espaço de debate e de reflexão, podemos contribuir para que esses docentes possam refletir sobre sua prática pedagógica e possam potencializar os questionamentos e as críticas que já existem sobre o sistema oficial de ensino, que muitas vezes prioriza o adestramento e a formação para a submissão, ou como o mesmo Bourdieu salientou em sua obra clássica (*A Reprodução*, 1971), a reprodução escolar. Assim como a escola por si só não poderá transformar a sociedade, pois a transformação social depende de uma complexa rede de interferências e pressões sociais, nossa iniciativa pretende contribuir apenas como mais uma força que pode estimular o sistema como um todo a se mover, mas se mover no sentido do fortalecimento do respeito aos direitos humanos de primeiro, segunda, terceira e quarta gerações.

Metodologia

O público alvo, que é composto de 52 diretores de escolas, 1.100 professores da rede municipal e dos técnicos da Secretaria de Educação, está sendo atendido paulatinamente, em turmas formadas por 50 participantes no máximo, que se sucedem todos os sábados. Cada

turma conta com uma carga horária de 8 horas, divididas em dois módulos de 4 horas cada, sendo que o primeiro módulo será de Cidadania e Direitos Humanos e o segundo módulo é sobre o ECA. Assim, cada turma tem dois sábados de aula, após os quais se inicia imediatamente a turma seguinte, com igual dinâmica.

Os dois módulos serão ministrados por professores da FABAC, assessorados pelos alunos de Direito, monitores participantes do projeto de extensão da faculdade.

Antes do início do primeiro curso, houve a realização de uma reunião com professores e diretores indicados pela Secretaria de Educação para uma troca de experiências entre os mesmos e os professores, bem como os alunos da FABAC, para permitir uma percepção mais próxima das demandas e da realidade do cotidiano escolar, haja vista a necessidade de um amplo conhecimento acerca do público alvo, que neste caso seriam os professores. Após essa reunião, que foi realizada num sábado, fizemos uma reunião interna da FABAC para aprimorar o material didático e a proposta de aulas, para posteriormente, quinze dias depois da reunião com os professores do município, realizarmos o primeiro módulo da primeira turma. Esse primeiro contato contou com a presença do Prefeito de Lauro de Freitas, do Secretário de Educação, da Diretora Pedagógica da Secretaria, dos mantenedores e diretores da FABAC.

Nesta primeira fase do sub-projeto, tivemos contato com 400 professores da rede municipal de ensino que lecionam nas séries 5^a, 6^a, 7^a e 8^a, por se tratarem dos professores em contato com adolescentes ou pré-adolescentes, que requerem um conhecimento mais específico sobre o ECA, Direitos humanos e Cidadania.

Calendário

Foi proposto um calendário a fim de dinamizar as reuniões bem como organizá-las de forma a atender toda demanda dos professores municipais. Podemos observar que este projeto enfatiza a capacitação nos dias de sábado, que não são dias letivos, o que não acarretaria na falta do professor na escola em que ministra suas aulas durante os dias letivos normais, sendo que tanto os professores estarão sendo beneficiados, assim como os alunos que terão as suas aulas ininterruptas, e também os alunos da FABAC que poderão e deverão continuar ministrando as palestras nas escolas municipais, atingindo o alunado municipal, mas sem esquecer que também aos sábados estarão auxiliando os professores da instituição no decorrer dos dois módulos do curso.

O calendário proposto e aceito tanto por parte dos organizadores, professores e mantenedores da FABAC, assim como pela Secretaria Municipal da Prefeitura de Lauro de Freitas e por seus professores e Diretores foi de, em primeiro lugar, realizar a reunião com professores e diretores indicados pela Secretaria de Educação para uma troca de experiências entre os mesmos e os professores e alunos da FABAC; posteriormente a essa reunião se seguiram à primeira turma de diretores e técnicos da Secretaria de Educação. Subseqüentemente se seguiram à segunda turma de diretores e técnicos da Secretaria de Educação. Após essa fase de diretores e técnicos, começamos a realizar as turmas de professores da Secretaria de Educação.

Resultados e discussão

Havia uma grande ansiedade acerca dos resultados das capacitações dos professores da rede municipal de educação de Lauro de Freitas, pois é um projeto de pioneirismo dentro da região metropolitana de Salvador, da qual este município pertence, a princípio ficamos, de certa forma, apreensivos, pois se tratavam de educadores, alguns deles que já estavam formados há muitos anos e que há muito tempo não tinham uma atualização, por isso os professores da FABAC que estão ministrando esse curso foram preparados em reuniões preliminares internas no próprio projeto de extensão, os estudantes universitários nesse momento ficaram como auxiliares/monitores. Uma outra questão foi também sobre a

freqüência aos sábados que foi tratado como o dia ideal para o acontecimento do curso pois, ao mesmo tempo em que não iria atrapalhar o cotidiano das aulas dos alunos da rede municipal, era também um dos poucos dias que os professores estariam livres, ou seja, era o dia de descanso destes educadores, o que de certa forma acarretaria numa evasão muito grande destes profissionais que detêm esta tarefa árdua e de extrema importância para a nossa sociedade.

Uma contra-partida surgiu da prefeitura, seria a de uma remuneração extra a aqueles que realmente comparecessem e cumprissem a carga horária do curso, a partir daí um dos problemas foi sanado. Um outro questionamento seria sobre enfoque que seria dado sobre as temáticas abordadas, mas que também foi resolvido juntamente com os professores da FABAC contando a todo o momento com a participação da Secretaria Municipal de Educação, chegando a um senso comum, onde o curso deveria enfatizar as questões práticas, o cotidiano enfrentado pelos educadores na sala de aula, e assim sendo por se tratar de escolas municipais temos como referência uma comunidade carente que vivencia, muitas vezes, a criminalidade, falta de condições mínimas e dignas de sobrevivência, tentando assim trazer uma auto-estima para estes professores que sofrem com estas condições por parte dos seus alunos que refletem neles próprios, e também tentando fazer com que eles levassem esta mesma auto-estima para o seu alunado.

Enfatizando as possibilidades que a vida de estudos pode proporcionar, bem como enfocando que a verdadeira cidadania se dá não somente nas grandes ações mas também nos pequenos atos, elucidando a estes mestres conteúdos de grande importância como o Estatuto de Criança e do Adolescente, dos Direitos Humanos, e assim demonstrando a sua aplicabilidade, e não pura e simplesmente descrever os artigos que os constituem.

O enfoque é justamente a conscientização desta classe, para que eles sejam mediadores entre o saber jurídico, e a sua aplicabilidade em prol das comunidades envolvidas, sem esquecer a disseminação destes conhecimentos para o círculo comunitário que os envolve. Como podemos observar este projeto tem um grau de importância muito relevante, pois o público alvo, os professores, age diretamente sobre o alunado, que por sua vez passa essas informações para seus familiares e também para o círculo de amizades, tornando o debate sobre a cidadania, os Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente mais amplo, inserido na comunidade.

Aguçando o censo crítico, que ao mesmo tempo enfoca uma mudança de postura do corpo docente e discente tal como seus familiares e seu círculo de amizades. Como se trata de um trabalho ainda em andamento, estamos colhendo os resultados em todos os momentos, com cidadãos melhor informados, professores mais atuantes na observância dos direitos e deveres, tanto do alunado quanto dos seus responsáveis e assim conseguindo sanar, mesmo que em parte, um dos grandes problemas sociais, o acesso ao conhecimento, que por sua vez é de extrema importância para qualquer sociedade que vise o seu desenvolvimento.

Uma outra dificuldade encontrada foi a questão da identificação dos professores para com os temas abordados no curso, muitos não demonstravam interesse pela temática a ser abordada, o que dificultava muito ao decorrer do curso e logicamente, também no resultado final, por isso a linguagem utilizada foi a mais simples possível, para assim facilitar a compreensão dos temas abordados e atingir um maior número de pessoas, que por conseqüente irão repassar esses conteúdos para os seus alunos.

Conclusões

O projeto ainda está em andamento, contudo conseguimos observar um grande avanço no que diz respeito à conscientização dos professores e diretores das escolas municipais de Lauro de Freitas, e o intuito deste projeto era justamente este: provocar um censo crítico nas pessoas, no princípio trazer as informações pertinentes ao seu cotidiano e em seguida

demonstrar a importância das mesmas e também a necessidade de sua aplicabilidade no cotidiano das pessoas, tanto diretores, professores, como os próprios alunos de Direito da FABAC, que além de tudo serviram como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos, não ficando meramente como conhecimento bancário e decorativo. O objetivo principal seria justamente a prática da cidadania e temos resultados onde as pessoas se tornaram mais conscientes e verdadeiros praticantes desta, que sem dúvidas é de fundamental importância para toda sociedade, pois, são nos pequenos atos que construímos uma grande nação e com a ajuda de todos conseguiremos mudar esta situação de pobreza e miséria em que estamos, mas somente com o empenho de todos conseguiremos mudar esta realidade social, cultural e política.

O primeiro passo já foi dado e continuamos a seguir com este intuito de capacitar os professores da rede municipal de Lauro de Freitas, estimulando uma visão crítica. Assim sendo, as pessoas a partir destas atitudes conseguirão modificar sua prática pedagógica e sua postura social, visando a construção de um engajamento cívico lastreado por valores cívicos de reciprocidade e solidariedade social, visando a construção da confiança sistêmica na sociedade.

O desenvolvimento social, o crescimento econômico, o fortalecimento das instituições num regime democrático dependem fundamentalmente do desenvolvimento desses elementos, e a reciprocidade social, a solidariedade generalizada, na concepção de Emile Durkheim, assim como o fortalecimento dos laços sociais, podem ser fortalecidos através do reconhecimento dos Direitos Humanos e da reivindicação dos mesmos.

Referências bibliográficas

- BRASIL/MEC. I Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas. Brasília, 1987.(mimeo).
- BRASIL/MEC/UFRN. XIII Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas do Nordeste. Documento Final. Natal, 1994.
- FLEURY, Maria de Fátima Pacheco. A Ideologia do Desenvolvimento e as Universidades do Trabalho em Minas Gerais (Tese de Doutorado). Campinas/SP, Universidade Estadual de Campinas, 1990.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: JK - JQ. 2. ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. As oito teses equivocadas sobre a extensão universitária. In: A Universidade e o Desenvolvimento Regional. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 216/244.
- ROCHA, Roberto Mauro Gurgel. Extensão universitária: comunicação ou domesticação? São Paulo: Cortez/Autores Associados. UFCE, 1986.
- SILVA, Sílvio Carlos Fernandes. Extensão universitária como trabalho social. Relatório de Pesquisa/PIBIC/IFPB, João Pessoa, 2000.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Alexandre de Moraes. 22ª. ed. São Paulo: Atlas s/a, 2004. (Série Legislação Brasileira).